

**EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA DE  
FAMÍLIA DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXX**

**FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da C.I. n.º XXXXX XXX/XX e CPF n.º. XXXXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXX, telefone: XXXXXXXX e XXXXXXXX, vem, por intermédio da *Defensoria Pública do Distrito Federal*, com fundamento no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 66, de 2010, propor ação de

**DIVÓRCIO LITIGIOSO**

Em face de **FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX telefone: XXXXXXXX, pelas razões de fato e de direito que se seguem:

**I - DO MATRIMÔNIO**

Autor e ré casaram-se no dia XX/XX/XXXX, sob o regime da comunhão parcial de bens, conforme cópia da certidão de casamento anexa.

---

Estão separados de fato desde XX/XX/XXXX e não existe qualquer possibilidade de reconciliação.

## **II- DOS FILHOS**

Da união do casal nasceram 03 filhos, a saber:

**FULANO DE TAL** - nascida em XX/XX/XXXX

**FULANO DE TAL** - nascido em XX/XX/XXXX.

**FULANO DE TAL** - nascido em XX/XX/XXXX

Os filhos estão sob a responsabilidade da requerida desde a separação de fato. Os alimentos, a guarda, o regime de visitas serão discutidos em ação autônoma.

## **III - DOS BENS**

O casal adquiriu, na constância do matrimônio, um veículo XXXXXXXX, ano/ modelo XXXXXXXX, placa XXXXXX, RENAVAM XXXXXXXX, avaliado em R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX), mas objeto de penhora nos autos nº XXXXXXXXX. Portanto, não existem mais bens a serem partilhados.

## **IV - DOS ALIMENTOS ENTRE OS CÔNJUGES**

Não há que se falar em obrigação alimentar entre os cônjuges, pois ambos trabalham e possuem condições de prover a própria subsistência.

## **V - DO NOME DA MULHER**

A requerida, após a sentença que decretar o divórcio, deverá voltar a utilizar seu nome de solteira, a saber: FULANO DE TAL.

## **VI - DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer:

- a) A concessão dos benefícios da justiça gratuita, por ser economicamente hipossuficiente, conforme declaração anexa;
- b) a intimação do Ministério Público para atuar no feito na forma da lei;
- c) A citação da ré para apresentar resposta no prazo legal, caso queira, sob pena de sofrer os efeitos da revelia;
- d) a procedência do pedido para decretar, por sentença, o divórcio do casal, expedindo-se o competente mandado de averbação, com observância do disposto no item V;
- e) A condenação da ré ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes a serem recolhidos em favor do PROJUR – Fundo de Apoio e Aparelhamento do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal, na forma do art. 3º, I, da Lei Complementar Distrital n. 744, de 04/12/2007, e do Decreto nº 28.757/2008, mediante DAR – Documento de Arrecadação, com o Código de Receita 3746 – Honorários Advocatícios.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, em especial por meio de prova documental,

oitivas das testemunhas ao final arroladas e depoimento pessoal da ré, sob pena de confesso.

Dá-se à causa o valor de R\$ XXXXXX  
(XXXXXXXXXXXXXXXXXX).

Nestes termos, pede deferimento.

XXXXXXXX, XX de XXXXXXXXX de XXXX.

---

**FULANO DE TAL**

**Autor**

---

**FULANO DE TAL**

**Matrícula XXXX**

---

**Defensor Público**